

A Carta mostra quem manda no País

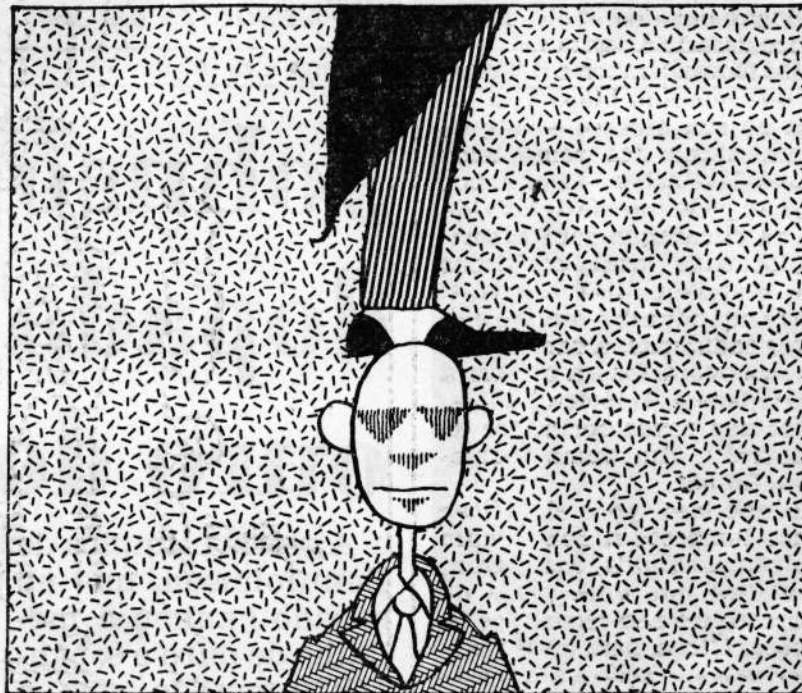
MÁRIO ERNESTO HUMBERG

Analisar como a nova Constituição reflete hoje a divisão do poder no Brasil é um exercício certamente mais útil do que discutir qualidades e defeitos do texto. Os diversos segmentos sociais e econômicos influíram à medida do possível, usando desde aquilo que os americanos chamam de bribery até o que eles chamam de lobby, ambos termos mal definidos no Brasil, quando conhecidos.

Quem teve mais influência nessa Constituição? Quem manda no Brasil? Estas perguntas, que poucos se fazem e menos ainda respondem de maneira correta, está explícita no resultado da nova Carta. Ela deixa claro que os empreiteiros foram os grandes vencedores, conseguindo incluir e manter todos os pontos que lhes interessavam na nova Constituição. Não é para menos: são as obras públicas a grande fonte de financiamento das campanhas políticas, independentemente de partidos. E isso pesou de maneira decisiva nas votações, sem necessidade de grandes movimentações ou demonstrações.

Sé é claro que os empreiteiros continuam a mandar no País, quem são seus aliados? Certamente a tecnoburocracia e os próprios políticos, que com eles vivem num processo de simbiose, e que também conseguiram incluir os itens fundamentais à continuidade de sua atuação e vantagens. Também obtiveram bons resultados os outros fornecedores do governo e os beneficiários de favores especiais — que terão dificuldades de se adaptar a um país democrático, competitivo e moderno.

Para todos esses grupos, a nova Carta Magna com certeza é conveniente, pelo menos a curto prazo. Entretanto, preocupados com a dinâmica da história, que certamente levará a uma re-



visão constitucional, alguns continuam a considerar — como em 1964 — que a melhor solução a longo prazo é um novo fechamento, agora segundo modelo mais “aperfeiçoado”. A democratização não lhes interessa e eles não pretendem abdicar do poder. Conseguiram que não houvesse o voto distrital, evitando que a vinculação eleitor-eleito viesse a ser maior do que a atual vinculação financiador-eleito. E não estão dispostos a abrir mão deste e de outros pontos, que lhes asseguram o poder.

Que força demonstraram os outros setores empresariais? A baixa credibilidade dos bancos, que ao contrário das empreiteiras, precisam ter visibilidade para fazer negócios, acabou trazendo reflexos. Assim, apesar de seu poder, os constituintes se decidiram pela anistia dos devedores e pela limitação dos juros — os dois principais pontos contra os quais eles se mobilizaram. Embora a limitação seja uma re-

matada tolice, que não vai ser respeitada, sua inclusão no texto reflete o grau de desprestígio dos bancos na sociedade, uma consequência de sua postura anti-social.

Quanto aos industriais, seus esforços também resultaram num fracasso generalizado. Canhestamente presentes no debate sobre a Carta, gastaram muita munição para pouco resultado. Embora devessem ser a classe social mais forte do País — econômica e politicamente —, os industriais não conseguiram mais do que ocupar espaços na mídia. E isso apenas porque a maioria dos jornalistas não consegue identificar as dissonâncias entre discurso e ação que caracterizam a liderança industrial brasileira.

Por outro lado, os proprietários de terras, embora ainda tenham limitado poder, foram a grande revelação no processo de discussão constitucional. Ao menos para quem não é leitor de Ianácio Rangel, que há muito

vem mostrando que a agricultura e a pecuária são o setor mais dinâmico da sociedade brasileira. Chamados de direitistas ou reacionários, não importa, eles sabem o que querem, se assessoraram corretamente, estiveram unidos e presentes, ganharam no que lhes interessava.

Nas demais áreas sociais, os grandes vencedores, no varejo, foram os sindicalistas. Os pontos importantes para garantir sua força foram incluídos na Constituição, praticamente sem alterações.

É esse o quadro de quem manda e de quem soube influir. A maioria da população economicamente ativa, que não tem registro em carteira e ganha menos de um piso salarial, não verá as férias com 1/3 a mais de salário, não terá semana-paternidade, nem os 120 dias da mulher, nem a aposentadoria integral, nem os demais benefícios. Mas, em compensação, também não terá direito a mais educação, saúde, saneamento, etc., porque não haverá recursos para essas finalidades. Além da marginalização social, a Constituinte deixou clara sua marginalização política.

Enfim, o resultado básico da Constituinte é a prevalência do Brasil antigo sobre um possível Brasil moderno. O discurso continua a valer mais do que a prática e a realidade. Em vez de ajudar a criar empregos, nossos políticos criam leis. Que acabam não aplicadas porque são inviáveis e também porque a justiça é lenta, cara e inacessível aos humildes. Vamos construindo um bonito país na fantasia, e mantendo os privilégios para quem pode consegui-los.

A Constituição que vamos ter é certamente um reflexo de quem manda no País. Onde quem pode tira vantagem. E os trouxas, que não tiram, no máximo escrevem artigos.